



4
PS
X

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA A VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS E TERMINADA A 06 DE MAIO DE 2022-

-----**ACTA NÚMERO CINCO**-----

---Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---**Ponto 6 - Apreciação e votação da revisão do mapa de pessoal dos serviços da freguesia;**

---**Ponto 7 - Aprovação da minuta de revisão do protocolo de colaboração com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL O FADO (ACOF).**

---**Ponto 8 - Evocação do 1.º de Maio.**

---**Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -**

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina, Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo, Márcia Maria Moreira Loureiro e Mafalda Sofia Fernandes Correia. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – Nuno Miguel Duarte de Sousa Almeida e José António dos Santos Martins. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** –Luís André Fernandes Castro. -----

---**DO CHEGA (CH)** Paulo Marcos Coelho de Abreu e Vasconcelos e Nuno Jorge Oliveira de Sousa. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Pedro Henrique Soares de Sousa. -----

---**Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, os seguintes eleitos: -----**

--- **Olga Patrícia Correia de Sousa Cipriano (PSD)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Maria Amélia Alves Cabaço**. -----

--- **Paulo Marcos Coelho de Abreu e Vasconcelos (CH)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituído por **Hugo Miguel Barros de assunção Domingues Pereira**. -----

---**Luísa Maria Cabral Costa Gomes (PS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Sónia Sofia Gonçalves Régio**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Hermínia Morais Ventura Cintra, Maria Cristina Rodrigues Abreu e João Carlos Lourenço dos Santos**. -----

---**Às 20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por informar sobre os pedidos de substituição e de seguida, dar a palavra à **Sr.ª Primeira Secretária, Sr.ª D. Diana Prudêncio** para informar o plenário sobre o expediente recebido. -----

23
A
J



---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu seguimento à Ordem do Dia, passando ao **ponto 6** da mesma - **Apreciação e votação da revisão do mapa de pessoal dos serviços da freguesia**. Para tal passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto em questão. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que esta revisão do Mapa de Pessoal para 2022 se trata apenas de proceder ao preenchimento da vaga de um dos juristas que está em mobilidade vindo da Câmara Municipal de Almada e que iniciou as suas funções no dia 1 de abril e que é a Dr.^a Milene Martins, informando que a Dr.^a Milene Martins já foi prestadora de serviços na Junta de Freguesia. Disse também que outra alteração se refere à necessidade de abertura de um lugar de técnico superior na área de serviço social, informando que neste momento a Junta tem três técnicas superiores na área de serviço social das quais duas estão em licença de maternidade sendo previsto o seu regresso no final do Verão. Informou também uma das técnicas de serviço social foi em mobilidade para o município do Cartaxo. Disse que, assim, a junta não dispõe neste momento de técnicos habilitados para a função em termos de serviço social pensando assim na abertura deste lugar para se ir buscar à freguesia dos Olivais uma técnica de serviço social para preencher esta lacuna. Informou ainda que uma das técnicas de serviço social que voltará ao serviço mais tarde deverá ser alocada na CPCJ Lisboa oriental pois, neste momento, não temos nenhuma técnica desta área na comissão. Disse ainda que a concretizar-se as mobilidades em questão, será feito o acerto na apresentação do número de lugares no Mapa de Pessoal. Informou também já ter conhecimento informal que uma técnica de psicologia também poderá ir em mobilidade para o IEFP da sua área de residência. Disse ainda acreditar que o mapa de Pessoal equaciona já mais abertura para aquilo que são as necessidades em termos de Assistentes operacionais da área dos Jardins de Infância fazendo uma pequena explanação sobre a mobilidade das referidas pessoas. Disse que o quadro da freguesia é muito fixo, mas que tem algumas particularidades como as enunciadas. Disse que, mal haja capacidade orçamental, a Junta pretende lançar dois concursos, para reserva de recrutamento nas áreas da higiene urbana e dos Jardins de Infância. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que o presente Mapa de Pessoal tem pequenas diferenças em relação ao anterior valorizando mesmo assim a intenção da abertura de concursos cujo compromisso foi assumido aqui pelo Sr. Presidente. Questionou se a saída das auxiliares de Jardim de Infância – pelo menos cinco – se há necessidade de colmatar essa situação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, solicitou apenas alguns esclarecimentos em relação aos trabalhadores em situação de precariedade, pedindo esclarecimento sobre que tipo de precários existem, se são avençados ou não, ou qual a situação em que estão os mesmos. Questionou também que se, pelo que entendeu, os procedimentos falados são para reserva de recrutamento, não servirão para integrar esses trabalhadores precários no quadro da Junta de freguesia ou se está previsto nestes procedimentos integrar algumas desses pessoas. -----



Handwritten signature in blue ink.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para a prestação de esclarecimentos, uma vez que não se registou mais pedidos de intervenção. ---

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, agradeceu as intervenções dos eleitos respondendo que a intenção do Executivo é regularizar a situação das pessoas que estejam em precariedade e que estejam alocadas às tarefas que se entende serem essenciais, que são as que tenham a ver com a higiene urbana, com os espaços verdes e com os assistentes de jardim de infância, informando que a única questão é que a integração das pessoas irá ter custos adicionais para a Junta de Freguesia. Sendo esta menor que a crise energética que se aproxima, mas que se terá que de ter cuidado enquanto não se chegar a acordo com a CML para se conseguir ter disponibilidade orçamental para fazer frente a tudo. Disse ainda que a nível dos jardins de infância existe um auxiliar por sala, mas temos mais pessoal do que isso e também estão os auxiliares para apoio às necessidades especiais de algumas crianças. Relativamente ao número de precários disse que no momento existem 36 precários e verdadeiramente estão na tarefa de assessoria a áreas como o desporto e outros. Disse ainda que se está a incentivar as pessoas a fazer a evolução educativa rapidamente para que esses funcionários possam candidatar-se. Disse que é necessário haver um plano e é isso que se está a tentar conseguir para progressivamente ir diminuindo o número de precários. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, agradeceu a explanação, mas lembrou também que situações de recibos verdes já havia no passado e não havia a condicionante da crise energética. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, agradeceu a explanação do Sr. Presidente, mas sugeriu que na próxima Assembleia pudesse ser apresentado um plano de recursos humanos para se entender melhor a explanação dada. Disse que a dificuldade económica e energética é algo que advém da presente situação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de nove a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse que, perante o problema da piscina, que é um grave problema e que foi anunciado ao plenário, o que o Executivo fez foi enviar um ofício ao Sr. Vereador da área e dizer qual a situação referente aos custos e gastos relativamente a este tema. Disse que esta é uma questão de crise energética que só se pode resolver com o proprietário do edifício, neste caso, a CML. As soluções apresentadas à CML foi, ou a CML assume o diferencial dos gastos, ou a Junta até final de julho de 2023 pode assumir os mesmos, mas mais do que isso, o edifício em questão terá que ser devolvido ao proprietário que é a CML e a piscina terá que ser temporariamente encerrada até haver uma solução diferente para se poder fazer a reformulação do edifício para o poder tornar autossustentável e com baixos gastos energéticos. Disse que o que o mais o preocupa é a situação financeira do COL que tem um rendimento baixo com as piscinas. Salientou que não se irá dizer aos trabalhadores que são precários e não têm habilitações para a participação num concurso, que não irão ter trabalho frisando que, enquanto se estiver neste mandato terão o seu trabalho assegurado. Disse também esperar da CML as verbas que são devidas à Junta de Freguesia, enquanto credora da CML.-----

---O **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** solicitou a palavra em defesa da honra, dizendo o seguinte: Disse querer clarificar que não lhe passou sequer pelo pensamento mandar os



recibos verdes embora, acreditando que se existem é porque fazem falta. Disse que não lhe parece correto colocar nos “pratos da balança”, ou os equipamentos, – que acredita também fazem falta, – ou o pessoal. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** questionou se o Sr. Presidente da Junta queria responder ao eleito passando-lhe de seguida a palavra. O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse entender a visão do eleito considerando que este tem alguma razão no que diz, pois, também concorda que equipamentos e pessoal não têm nada a ver. Disse que apenas se tinha que demonstrar perante o plenário, a gravidade da situação. Disse que o que é importante é que com esta situação presente a CML tem que auxiliar a freguesia pois é feio fechar a piscina, mas é compreensível tendo em conta estes gastos com o equipamento, mas não é tão compreensível a CML não ajudar na manutenção dos outros equipamentos e dos seus gastos quando abrange crianças, as suas refeições e as suas necessidades a nível escolar. Salientou que isso demonstra que a CML não assume as responsabilidades sociais para com a população de Marvila. -----

---Não havendo mais solicitações de palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou o **Mapa de Pessoal dos Serviços da Freguesia** à votação do plenário. -----

---Passada a votação, **foi o Mapa de Pessoal dos Serviços da Freguesia aprovado por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **ponto 7** da Ordem do Dia, solicitando ao plenário para onde se lê “**Aprovação da minuta de revisão do protocolo de colaboração com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL O FADO (ACOF)**” se possa ler “**Apreciação da minuta de revisão do protocolo de colaboração com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL O FADO (ACOF)**”, uma vez que se irá apreciar o documento em questão e depois aprovar ou não o mesmo. De seguida passou a palavra ao Sr. presidente da Junta para apresentação do referido ponto. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse tratar-se de uma instituição na área cultural de relevância da freguesia de Marvila sendo a primeira escola de fado da cidade de Lisboa. Informou que este protocolo é apresentado no momento para fazer justiça com a associação pois, por lapso do Executivo não foi oportunamente apresentado em janeiro. Disse ser um centro de formação viva em termos da aprendizagem da guitarra portuguesa e do fado e que tem sempre representado condignamente a freguesia de Marvila e também na sua apresentação do fado na freguesia com a iniciativa “O Fado sai à Rua”. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, disse que era importante a apresentação ao plenário de um plano de atividades para os eleitos poderem acompanhar a atividade da associação. Disse ainda que, a seu ver, haverá por parte da referida associação, a necessidade de algum apoio organizativo pois não vê uma justificação forte para esta proposta ter vindo tardiamente ao plenário. ----

---Não havendo mais solicitações de palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, esclareceu que acredita haver um plano de atividades e que brevemente a associação o fará chegar, enumerando algumas das atividades da associação. Sobre a apresentação tardia da proposta esclareceu que o Executivo considerou que este apoio poderia ser um apoio pontual, mas, conversando com a



AS
PS
D

associação, chegou-se à conclusão de que também esta associação merecia que o apoio atribuído fosse feito através de um protocolo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Sousa (BE)** que, no uso da palavra, agradeceu o protocolo apresentado porque o seu partido é a favor dos apoios às associações salientando ter a noção da falta que estes apoios fazem às associações e, assim, disse não entender o fazerem-se insinuações sobre o trabalho realizado por estas ou se merecem este apoio de que tanto necessitam para fazer um trabalho válido com a freguesia. Disse ainda estar a favor com a proposta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, no uso da palavra, reforçou a chamada de atenção do eleito Pedro Sousa para a importância relevante que estes apoios têm para as associações e para o trabalho desenvolvido e a desenvolver pelas mesmas na freguesia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à consideração da Assembleia a presente proposta para votação. -----

---Passada a votação, **foi a presente proposta aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação o eleito, Sr. Luís Castro, da bancada do PSD, uma vez que faz parte da direção da associação.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **ponto 8** da Ordem do Dia – **Evocação ao 1º de Maio.** -----

---o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Amélia Cabaço (PSD)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, leu o seguinte texto: -----

-----«**DIA 1 DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR**-----

O dia 1 de maio significa talvez, e se conciliado com uma democracia adulta e responsável, o mais importante feriado ao nível das sociedades modernas.

Dizemo-lo com propriedade, face à mudança que o trabalho está a sofrer nas sociedades modernas.

Se há 10 ou 20 anos, trabalhar significava sair de casa às 7.30 da manhã e chegar às 18.00 ou 19.00, hoje, trabalhar significa também fazê-lo com liberdade de horários, empreender, criar, transformar, ou, fazê-lo para um empregador que está do outro lado do globo, estando nós no nosso sofá de casa ou secretária do quarto.

Trabalhar também não é só aspirar a um vencimento certo todos os meses, é querer integrar equipas de investidores intelectuais, cujo capital é a sua arte.

Não deixam por isso de ser trabalhadores. São-no é de forma diferente, pois tomaram as rédeas da sua própria vida, quiseram continuar a trabalhar, mas assumindo também algum risco.

E quantos hoje o fazem!

Fazem-no com uma enorme qualidade de vida e com remunerações elevadas.

Se têm direitos laborais?

Evidentemente que sim, aqueles que, em liberdade, escolheram.

Na verdade, a geração X é hoje uma faixa da população que não é despicienda e, ou o trabalho se adapta a ela ou ela vai certamente mudar os cânones tradicionais pelo qual este se rege.

Bem sabemos que nem todos fazem parte desta vaga de novos trabalhadores, mas sabemos que são estes que vão criar emprego para os restantes. Disso não se tenham dúvidas.



E esse emprego vai seguramente ser mais limpo, mais bem pago, mais humano e menos penoso, dada a mentalidade dos novos trabalhadores-patrão como o foram Steve Jobs, Bill Gates ou Zuckerberg.

Achariam provavelmente os mais céticos que qualquer deles seria um explorador de massas de trabalhadores...

Enganam-se.

A Microsoft ou a Google apostam na felicidade dos trabalhadores para prosperar.

Como?

Os trabalhadores prosperam com elas, não têm que picar ponto ou justificar faltas. Simplesmente têm uma tarefa para fazer e têm que a apresentar concluída. Simples.

Voltando à maioria dos atuais trabalhadores e ao tema que este texto visa, o que aqueles precisam é de qualidade de vida, de menos carga horária, melhores remunerações, menos impostos, mas também uma maior responsabilização pela sua própria produtividade.

A política não pode ser estática. Como o Direito, tem que acompanhar o pulsar da sociedade, e, como consequência, deve diagnosticar rapidamente o que está “doente” no trabalho ou na forma como se encara o trabalho em Portugal.

Desde logo, o PSD quer trabalhadores felizes nas empresas, porque só essa felicidade pode refletir no trabalho o brio, o atingir de metas e a ambição saudável que, resultarão na prosperidade das empresas, das famílias e do País.»

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Sousa (BE)** que, no uso da palavra, disse que a sua bancada apresenta um voto de saudação ao 1º de Maio, a qual se transcreve: -----

-----«**VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO**-----

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que



DS
28

são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila reunida a 29 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;

O eleito do Bloco de Esquerda» -----

---o **Sr. Pedro Sousa (BE)** fez ainda uma intervenção que abaixo se transcreve: -----

---«O Bloco de Esquerda de Marvila apresenta hoje um voto de saudação a todos aqueles e aquelas que exigem dignidade, defesa da democracia e do desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego e por quem vive do seu salário e da sua pensão.

O 1º de maio é, antes de mais, um referente político e um projeto de país. Celebrar esta data é reconhecer a luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam por uma vida melhor e que exigem o fim da precariedade, é reconhecer a necessidade de tirar da lei do trabalho a troika, porque se não o fizermos estaremos a condenar quem vive do seu salário e toda uma geração futura.

Não chega ter um trabalho é preciso ter um salário e um contrato dignos.

É importante, também, referir as mulheres que trabalham nas suas casas, cuidando dos que mais necessitam. O que estas mulheres fazem não é solidariedade é trabalho.

Isto é o 1º de maio, reconhecer quem constrói o nosso país todos os dias.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Figueiredo (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que o PS já apresentou o seu voto de saudação ao 1º de Maio, na Assembleia anterior, juntamente com a saudação do 25 de Abril e, assim, deixaria apenas alguns contributos para esta evocação. Disse que o PS tem muito orgulho de ter sido um partido criado por operários, que serviu a classe operária e os trabalhadores e que continua a servir o povo trabalhador, sendo essa realidade, algo que muito o orgulha. Disse também que as alterações sociais ocorridas no séc. XIX alteraram profundamente as relações laborais entre as pessoas, agudizaram as contradições internas



das sociedades, levaram ao aparecimento e ao fortalecimento das guildas em estruturas que mais tarde se transformaram em sindicatos e levaram a conquistas de coisas importantes como, por exemplo, o dia de descanso. Recordou que, anos depois, cinco anos depois daquilo que foi a primeira convulsão nos EUA, que a Igreja, que o Papa Leão XIII criou pela primeira vez também um documento para o mundo do trabalho. Acrescentou que tal como nesse tempo, gostaria que o consenso reinasse e que o 1º de Maio fosse disso um exemplo nesta sociedade em plena transformação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«Na passagem de mais um aniversário dos massacres de Chicago, há 136 anos, que estiveram na origem do 1º de Maio, e do 48º aniversário do 25 de Abril (que teve a sua maior consagração nesse 1º de Maio de 1974, com milhões de trabalhadores na rua a exigirem e conquistarem direitos sociais e laborais), saudamos os trabalhadores que, por todo o mundo e em Portugal, lutam por melhores condições de vida e de trabalho.

Neste dia, não esquecemos a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedades mais justas e solidárias.

Lembramos também, 40 anos depois, os brutais acontecimentos das comemorações do 1º de Maio da CGTP-IN no Porto em que a polícia de choque, a mando do governo AD de então, assassinou dois camaradas e feriu centenas de pessoas e a grande resposta de luta, persistência e coragem dada pelos trabalhadores, numa demonstração que o sindicalismo de classe, a liberdade sindical e a CGTP-IN, não se verga às intimidações, por mais violenta que seja a ação das forças repressivas e as provocações.

Os problemas estruturais do País, entre os quais se destacam a pobreza e as desigualdades, assentes num modelo de baixos salários e precariedade, de desinvestimento nos serviços públicos, de desindustrialização e dependência do exterior, de submissão aos ditames e imposições da UE, são marcas de décadas de política de direita contra os trabalhadores.

O complexo momento que atravessamos, (ainda sob os efeitos da pandemia e de todo o aproveitamento levado a cabo para engrossar os lucros dos grandes grupos económicos enquanto os trabalhadores empobreciam e agora à boleia de uma guerra condenável e das sanções a ela associadas), não pode servir de pretexto para continuar a adiar a resposta aos problemas dos trabalhadores, nem tão pouco para abrir espaço para degradar ainda mais as condições de vida e de trabalho e aumentar a exploração.

O processo agora em curso, de aproveitamento da atual situação para desencadear um brutal aumento de preços, com as multinacionais a promover a especulação enquanto se preparam para concentrar lucros cada vez maiores, degrada ainda mais o poder de compra dos salários e das pensões, afetando de forma mais violenta os trabalhadores, os reformados e as camadas mais desfavorecidas da população.

O enorme aumento de preços de bens e serviços essenciais exige medidas que ponham travão à especulação que caracteriza muitas destas subidas. Exige também que o poder de compra dos trabalhadores, reformados e pensionistas seja aumentado, repondo antes de mais o que lhes foi roubado nestes primeiros meses do ano por via da especulação e transferido diretamente para os bolsos do capital!



O programa do governo e a proposta de Orçamento do Estado para 2022 deveriam desenvolver uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, que promova os serviços públicos de qualidade e garanta o financiamento do Estado através de uma tributação que, garantindo mais recursos, incida sobre os rendimentos do capital, desonerando aqueles que têm como origem o trabalho.

Não é para conter a “espiral dos preços”, é para aumentar a espiral dos lucros que o governo opta por impor aos trabalhadores da Administração Pública mais um ano de perda de poder de compra e dar assim o sinal para o grande patronato fazer o mesmo. Não é para conter a “espiral inflacionista” que o governo opta por manter o SMN, cujo aumento que chamaram “histórico”, já desapareceu.

Na visão do grande patronato e do governo tudo pode aumentar, preços e lucros, tudo menos os salários.

É preciso uma política alternativa, que distribua a riqueza de forma justa, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, que promova o aumento da produção nacional, que recupere para o estado as empresas e sectores estratégicos, que defenda e invista nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado e que avance com a regionalização.

A vida prova que não há alternativa à luta que é decisiva para avançar, para aumentar salários e pensões de reforma, fatores indispensáveis para garantir um futuro para o país.

Passados 136 anos sobre os massacres de Chicago que estiveram na origem do 1º de Maio, os trabalhadores continuam a lutar pela sua emancipação, contra a exploração e por melhores condições de vida e de trabalho.

Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

As comemorações do 1º de Maio deste ano foram um momento de festa, mas ao mesmo tempo foram um momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater os baixos salários e pensões, a desregulação dos horários de trabalho, as normas gravosas da legislação laboral, de lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos e pela erradicação da precariedade, que o governo, com a sua Agenda para o trabalho digno, se recusa a combater indo à sua origem e consagrando como prática que cada posto de trabalho permanente, é ocupado por um trabalhador com vínculo efetivo.

Srs. e Sras. Membros da Assembleia de Freguesia de Marvila,

Neste ponto evocativo do 1º de Maio da nossa Assembleia, tendo em consideração que a resposta aos problemas que afetam os trabalhadores da Junta de Freguesia de Marvila não passa apenas pela vontade desta enquanto entidade empregadora (uma vez que o quadro da autonomia do Poder Local apresenta limitações em vários aspetos das relações laborais, desde logo na política remuneratória dos trabalhadores), os eleitos da CDU nesta Assembleia acharam por bem apresentar uma recomendação para que a Junta de Freguesia de Marvila, no mais breve tempo possível, proceda à abertura de concursos de admissão de trabalhadores em funções públicas por tempo indeterminado, com vista à integração de todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente nesta Junta e não detenham o vínculo de trabalho adequado, garantindo assim a estes trabalhadores o direito ao trabalho e à segurança no emprego.



Por fim, saudamos os trabalhadores da Junta de Freguesia de Marvila e todos os trabalhadores de Portugal e de todo o Mundo.

Viva o 1º de Maio.

Viva a Luta Internacionalista dos trabalhadores.» -----

---O **Sr. Nuno Almeida** disse ainda que a sua bancada apresentou uma recomendação referente ao 1º de Maio e que abaixo se transcreve: -----

-----**Recomendação**-----

“Dar o exemplo, erradicar a Precariedade”

O primeiro 1º de Maio em Liberdade, em 1974, constituiu a promoção de um ato de indiscutível legitimação popular da Revolução de Abril.

Neste dia, não esquecemos a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedades mais justas e solidárias.

Num sábado, 1º de Maio de 1886, centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores.

Passados 136 anos sobre os massacres de Chicago que estiveram na origem do 1º de Maio, os trabalhadores continuam a lutar pela sua emancipação, contra a exploração e por melhores condições de vida e de trabalho.

Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

Este ano, vamos novamente comemorar este 1º de Maio num cenário social de grande complexidade: ainda num contexto de surto pandémico, os trabalhadores e o povo vêem-se confrontados com um brutal aumento do custo de vida.

As comemorações do 1º de Maio de 2022 devem ser um momento de festa, mas ao mesmo tempo é um momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater os baixos salários e pensões, a desregulação dos horários de trabalho, as normas gravosas da legislação laboral, de lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos e pela erradicação da precariedade.

Tendo em consideração que a resposta aos problemas que afetam os trabalhadores da Junta de Freguesia de Marvila não passa apenas pela vontade desta enquanto entidade empregadora (uma vez que o quadro da autonomia do Poder Local apresenta limitações em vários aspetos das relações laborais, desde logo na política remuneratória dos trabalhadores), a verdade é que a resolução de alguns deles dependem unicamente das opções políticas que o executivo desta Junta faz, nomeadamente o de ter contratado trabalhadores com um vínculo que não corresponde à natureza permanente das funções exercidas por estes.

Face ao exposto o grupo de eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Marvila, saudando os trabalhadores da Junta de Freguesia de Marvila e todos os trabalhadores portugueses, recomenda:



A
P
P

- Que a Junta de Freguesia de Marvila, no mais breve tempo possível, proceda à abertura de concursos de admissão de trabalhadores em funções públicas por tempo indeterminado, com vista à integração de todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente nesta Junta e não detenham o vínculo de trabalho adequado, garantindo assim a estes trabalhadores o direito ao trabalho e à segurança no emprego.

O grupo de eleitos do PCP» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, disse que o seu respeito em relação ao 1º de Maio tem a ver com o seu convívio com operários de fábricas e cada vez mais vê esse trabalhador clássico a desaparecer. Considera que estamos numa mudança social muito grande e que Portugal também irá sofrer essa mudança. Disse que muitas vezes nos focamos no aspeto do salário do trabalhador e nos direitos dos trabalhadores considerando que a Lei laboral portuguesa defende bastante os trabalhadores e os seus direitos. Disse que, a seu ver, o que mais irá acontecer é que os trabalhadores irão ter cada vez menos possibilidades de emprego e que os empregos vão ser diferentes e que terão que ter mais formação. Considera que na freguesia haverá cada vez mais os trabalhadores nómadas, onde não sabemos que horários fazem, estão seis meses aqui e os outros seis meses noutro lugar. Disse que, a seu ver, o que é importante é criar empregos e promover o elevador social, salientando que o que é necessário é promover os trabalhadores e que as empresas invistam nos mesmos e que o importante é a cooperação entre todos. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, questionou a Mesa se alguns documentos referentes ao 1º de Maio irão ser votados, ao que o Sr. Presidente da Assembleia informou que estão dois documentos para serem votados: a Saudação apresentada pelo BE e a Recomendação apresentada pelo PCP. O Sr. Pedro Monteiro disse que irá fazer a sua saudação ao 1º de Maio que é uma saudação para todos os dias que é saudar todos os trabalhadores que de uma forma briosa prestam as suas funções no dia-a-dia. Relembrou que, ao contrário do que transpareceu em muitas das intervenções que foram feitas, ser trabalhador não são só direitos, também existem deveres considerando que se faltou referir esses. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Figueiredo (PS)** que, no uso da palavra, disse querer reafirmar que o mundo do trabalho tem aquilo que compreende duas faces: existem direitos e deveres. Assim, recordou a todos que se a conquista dos direitos é algo justo, também se tem que entender que todos nós temos responsabilidade e deveres e que o cumprimento dos mesmos com harmonia social fará com que cada um dos portugueses possa viver mais, melhor e ter mais futuro. -----

---Não havendo mais pedidos de palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse que na reunião anterior o Executivo fez uma evocação conjunta do 25 de Abril e do 1º de Maio em que foi salientado fundamentalmente o papel dos jovens e a necessidade de lhes serem dadas as devidas oportunidades, condições salariais condignas e pensar um futuro risonho para eles. Aproveitou a oportunidade para saudar vivamente e agradecer muito o trabalho de todos aqueles que o fazem em Marvila e, em particular os trabalhadores da Junta de freguesia e aqueles que hoje aqui estão presentes nesta assembleia, os que trabalham e colaboram com



a nossa autarquia, que trabalham com muito afinho, muito brilho no exercício de todas as suas funções, terminando com uma citação do patrono de uma escola de Marvila, Prof. Agostinho da Silva, que diz que “o homem não nasceu para trabalhar, nasceu para criar”. Disse desejar que todos tenham a possibilidade de nascer não para trabalhar, mas para criar e para serem, como ele diz, o tal poeta à solta e que todos tenham a possibilidade e a esperança de ser criadores, poetas, sonhadores da sua vida. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais solicitações de palavra, colocou à votação do plenário os documentos apresentados, iniciando pelo documento apresentado pela bancada do BE – **Voto de Saudação ao 1º de Maio**. -----

---passada a votação, **foi o voto de saudação aprovado por maioria com os votos a favor do PS, do PCP, do PSD, do CH e do BE e a abstenção do CDS-PP.** -----

---De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento apresentado pela bancada do PCP – **Recomendação “Dar o exemplo, erradicar a Precariedade”**. -----

---Passada a votação, **foi a recomendação rejeitada com os votos a favor do PCP e do BE, os votos contra do PS e do CDS-PP e a abstenção do PSD.** -----

---O **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** solicitou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: «relativamente ao Voto do Bloco de Esquerda, foi a abstenção pois trouxe para aqui a Troika e eu não sei o que é que veio aqui fazer a Troika, e relativamente à recomendação do PCP e a sua intervenção, acho que é contrária a tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente no ponto do Mapa de Pessoal e acho que é completamente o oposto das explicações feitas pelo Sr. Presidente.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dado o adiantado da hora, agradeceu a presença de todos, e em especial ao público que fez as suas intervenções ordeiramente, cumprindo as regras necessárias para que todos pudessem participar nos trabalhos. -----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **22h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária